

A antropologia contribui para a pesquisa em psicanálise? Sobre o perspectivismo e a experiência psicanalítica

Thais Klein*
Julio Sergio Verztman
Fernanda Pacheco-Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: O artigo visa discutir as implicações de certas questões colocadas pelo perspectivismo ameríndio para a experiência psicanalítica. Isso porque uma pergunta central do perspectivismo levantada por Viveiros de Castro pode ser deslocada para o campo psicanalítico, a saber: como criar condições para autodeterminação ontológica do outro quando todos nós temos nossos pressupostos ontológicos? Acompanhando a aposta do autor de que o antropólogo deve fazer uma descrição suficientemente boa, traça-se uma articulação com a experiência em psicanálise a partir de considerações suscitadas pela teoria winnicottiana. Por fim, para ilustrar as questões discutidas, apresenta-se um relato de experiência em pesquisa clínica a partir da psicanálise.

Palavras-chaves: pesquisa, antropologia, psicanálise, clínica.

O título deste artigo destaca algumas questões que se pretende abordar. De saída, é feita a pergunta: “a antropologia pode contribuir para a *pesquisa em psicanálise*?”. É preciso marcar, à guisa de introdução, que a noção de pesquisa em psicanálise – e isso inclui desde questões metodológicas até questões teóricas – não é unânime. O que, todavia, parece ser unânime entre aqueles que discutem a pesquisa psicanalítica é a afirmação freudiana (Freud, 1923/1977) de que teoria e clínica são indissociáveis. No entanto, conforme apontam Verztman e Viana (2014), a pesquisa em psicanálise nos dias de hoje tomou novos rumos desde a época de Freud, complexificando e criando novas questões para a aparentemente óbvia indissociabilidade entre clínica e teoria.

Além de heterogêneo, o campo psicanalítico, conforme aponta Roussillon (2014), possui uma distinção fundamental em relação às outras pesquisas científicas: ao passo que outros campos do saber cometeram uma espécie de assassinato dos grandes personagens para conquistar o direito de pensar em conexão com suas próprias tradições, mas independente delas, a psicanálise permanece, muitas vezes, articulada à orientação de seus grandes mestres (se faz uma pesquisa sob a orientação lacaniana, winnicottiana, bioniana etc.). A pesquisa em psicanálise torna-se, de forma constante, intrinsecamente atrelada à orientação de seus precursores, buscando confirmação e validação dos conceitos respeitados, o que pode obliterar a leitura de alguns fenômenos da clínica.

Diante desse quadro, o autor insiste: “é preciso fazer uma operação totalmente fundamental em pesquisa clínica, uma operação de assassinato do fetichismo

da teoria” (Roussillon, 2014, p. 57). Seria um apelo a uma clínica sem teoria? Sabemos que o encontro clínico jamais será desprovido de premissas e hipóteses teóricas, o próprio formato “clínico” é subsidiário de um longo percurso no campo das ideias. Não se trata, portanto, de exumar a teoria e vislumbrar um encontro clínico *totalmente* asséptico, até porque esse enquadre já deixaria seus rastros de saída. Mas como discutir a pesquisa em psicanálise levando em conta o que Roussillon chama de “fetichismo da teoria”? A proposta deste trabalho é traçar um diálogo com a antropologia, mais especificamente com o perspectivismo ameríndio, para levantar alguns questionamentos no que concerne à pesquisa e clínica psicanalíticas.

Antes, no entanto, cabe especificar que não pretendemos adentrar no diálogo entre psicanálise e antropologia, já bastante antigo, que margeia a psicanálise desde Freud. Entre parcerias e desavenças, esses campos de saber se esbarram há anos, tendo como referência importante no século XX a etnopsicanálise, aposta de Geza Róheim e Georges Devereux de aliar as duas disciplinas no plano teórico-prático. Neste artigo, a aproximação da antropologia se faz somente na medida em que as discussões em torno do perspectivismo ameríndio – no âmbito da etnografia – colocam questões importantes para a pesquisa em psicanálise. Para ilustrar essa questão, discutiremos mais adiante um exemplo de pesquisa clínica em psicanálise com o intuito de tecer algumas considerações nesse campo, inspirados nos argumentos levantados por Viveiros de Castro no âmbito da antropologia.

Grosso modo, essas discussões têm como pano de fundo a seguinte pergunta: como criar condições para a autodeterminação ontológica do outro quando todos

* Endereço para correspondência: thaiskda@gmail.com

nós temos nossos próprios pressupostos ontológicos? Viveiros de Castro (2002) aponta que esse problema não é cognitivo ou psicológico, mas epistemológico e, sobretudo, político.

Seria possível prosseguir essa reflexão marcando as diferenças entre um estudo etnográfico e o dispositivo analítico. Deixemos, todavia, tal discussão suspensa para expor um pouco melhor suas implicações no âmbito da etnografia e, então, nos perguntarmos o que o psicanalista, mas, mais especificamente, a pesquisa em psicanálise tem a ver com isso.

O perspectivismo ameríndio

A etnografia é usualmente concebida como uma metodologia de pesquisa qualitativa no âmbito da antropologia. Trata-se, sobretudo – apoiando-se nas considerações de Geertz (1978) – de uma descrição densa do antropólogo sobre um campo. Muito comumente se pensa em um antropólogo que vai até o campo munido de teoria para interpretar um nativo (palavra usualmente utilizada na antropologia para designar aqueles que constituem um campo). No entanto, segundo Viveiros de Castro (2002), há sérias implicações teóricas e práticas de se conceber de saída um antropólogo com seu aparato interpretativo e um nativo que vai ser estudado por ele. São consequências que dizem respeito à assimetria na legitimidade atribuída aos discursos que entram em relação de conhecimento e, em particular, às relações de ordem entre esses discursos. Essa ordem, conforme aponta o autor, é certamente atribuída e não inata; nas suas palavras: “ninguém nasce antropólogo, e menos ainda, por mais curioso que pareça, nativo” (Viveiros de Castro, 2002, p. 7). Isso porque o antropólogo é visto com uma vantagem epistemológica sobre o nativo na medida em que o discurso dos dois não está no mesmo plano. Muito embora o sentido apresentado pelo antropólogo dependa do nativo, é o primeiro que detém a *chave* desse sentido; é o antropólogo que interpreta, traduz, contextualiza o sentido do nativo. Supõe-se que este tenha uma noção de religião, de laços sociais, dentre outros conceitos, mas não pode sistematizá-los, ou seja, o conhecimento por parte do sujeito exige o desconhecimento por parte do objeto.

Viveiros de Castro (2002) indica que, frequentemente, o antropólogo conhece *de jure* o nativo, mesmo antes de conhecê-lo de fato. Isto é, o pesquisador sabe de saída certos conceitos que supostamente observará nos nativos, sabe o que são relações sociais, cognição, parentesco, política, religião e procura interpretar como esses conceitos se apresentam em determinado contexto. Acaba, portanto, preenchendo essas noções com o colorido do contexto e, no fim das contas, o nativo se torna o próprio antropólogo travestido. Isto posto, a proposta de pensamento do perspectivismo ameríndio se coloca a partir da seguinte questão: “o que acontece se recusarmos ao discurso do antropólogo sua vantagem estratégica sobre o discurso do nativo?” (Viveiros de Castro, 2002, p. 7).

Para levar essa pergunta a sério, é preciso conceber que os procedimentos investigados são radicalmente diversos dos procedimentos que comandam a investigação e que, sobretudo, a princípio, não se sabe de antemão quais são eles. A “arte da antropologia”, dessa perspectiva, torna-se a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, não a de achar soluções para os problemas postos pela nossa (Viveiros de Castro, 2002). E isso não significa apenas tomar o nativo como um sujeito. Nesse sentido, o autor nos alerta:

é justo porque o antropólogo toma o nativo muito facilmente por um outro sujeito que ele não consegue vê-lo como um sujeito outro. . . . É por não aceitar a condição de “não-sujeito” (no sentido de outro que o sujeito) do nativo que o antropólogo introduz, sob a capa de uma proclamada igualdade de fato com este, sua sorrateira vantagem de direito. Ele sabe demais sobre o nativo desde antes do início da partida; ele predeline e circunscreve os mundos possíveis expressos por esse outrem. (Viveiros de Castro, 2002, p. 9)

A palavra *outrem* remete a um conceito deleuzeano que se define não como um ponto de vista particular, relativo ao sujeito, mas como a possibilidade de que haja ponto de vista (Deleuze, 1988). Trata-se da condição do mundo perceptivo, isto é, que está para além do alcance da percepção atual, mas que existe virtualmente enquanto potencialidade. Viveiros de Castro (2002) afirma: “outrem é a expressão de um mundo possível” (p. 23). Não se trata, no entanto, de um mundo escondido, que deve ser desvelado, mas de um mundo que existe em potência, um possível que existe realmente, mas que não existe atualmente fora de sua expressão em outrem. Assim, a questão se desloca do problema se o nativo é ou não sujeito (é evidente que é sujeito), mas engendra o que pode ser um sujeito, ou seja, quais os mundos possíveis expressos por um sujeito. A antropologia, nesse contexto, não visa produzir ensaios técnicos sobre visões de mundo, uma vez que não há um mundo só para ser visto, mas mundos possíveis.

Nessa direção, o autor considera que a antropologia não deve tomar de saída discursos sólidos sobre, por exemplo, a natureza das relações sociais, mas que ela tenha apenas uma vaga ideia do que seja uma relação. A questão se desloca, então, de “como se dão as relações sociais em um determinado contexto?” para “o que se constitui como uma relação social? Mais especificamente, quais são os termos formuláveis pela relação entre o ‘antropólogo’ e o ‘nativo?’” (Viveiros de Castro, 2002, p. 12). Assim, o trabalho do antropólogo deixa de ser interpretar e torna-se experimentar seu próprio ponto de vista e o do outro. Trata-se, conforme aprofundaremos adiante, de colocar, a partir do encontro, tanto seu ponto de vista quanto o do outro em questão. É preciso salientar que “ponto de vista”, aqui, não coincide com ideia ou

pensamento, mas, conforme aponta Viveiros de Castro (1996), “o ponto de vista está no corpo” (p. 9). O autor não se refere, portanto, a uma experiência de pensamento no sentido da entrada imaginária pelo próprio pensamento em contato com o outro, mas à entrada no outro pensamento pela experiência real. Essa experiência busca afirmar a equivalência de direito entre os discursos do antropólogo e do nativo, bem como a condição mutuamente constituinte desses discursos, que só acedem à existência como tais ao entrarem em *relação* de conhecimento.

Os conceitos antropológicos, portanto, não são frutos de uma interpretação, mas exprimem uma relação e são, por isso, completamente relacionais, tanto em sua expressão como em seu conteúdo. A relação, no entanto, não é dialética, tal como a proposta hegeliana do senhor e do escravo. Poderíamos aproximá-la – muito embora sem nos deter neste tema – a uma espécie de dialética sem síntese, remetendo à articulação que Merleau-Ponty (1945/2011) traça entre corpo e mente. Nesse sentido, a relação a que se refere Viveiros de Castro (2002) é aquela que cria as duas culturas em questão. O conhecimento antropológico é, portanto, relacional na medida em que se trata do efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e aquele que supostamente será conhecido. Para o autor, toda relação é uma transformação, uma atualização de um mundo possível.

Mas como proceder no campo prático, diante desse quadro, levando em consideração a etnografia como uma descrição densa? A resposta de Viveiros de Castro (2015) é contundente: “sempre deixe uma via aberta para as pessoas que você está descrevendo” (p. 8, tradução nossa). É curioso notar que, na palestra intitulada “Who’s afraid of the ontological wolf? Some comments on an ongoing anthropological debate” (Viveiros de Castro, 2015), ainda não traduzida para o português, o autor faz uma menção direta a Winnicott. Inspirado nas considerações deste psicanalista, Viveiros de Castro (2015) propõe que o etnógrafo deve se calcar em uma descrição *suficientemente boa*. Trata-se de não explicar os paradoxos, no sentido de permitir não se perguntar o que sou eu e o que é o outro, mas de experimentar uma área de fronteiras indefinidas, uma terceira área de criatividade (correlata ao espaço potencial winnicottiano).

Encontramos, nesse ponto, uma indicação que pode engendrar questões para o campo da pesquisa em psicanálise. É preciso destacar, todavia, que a rica discussão levantada por Viveiros de Castro suscita uma série de outras questões no campo da psicanálise, seja sobre a noção de intersubjetividade (tão discutida nos dias de hoje), seja no domínio da corporeidade (bastante cara também) ou mesmo no campo da diagnóstica psicanalítica. Esta última foi muito bem trabalhada por Christian Dunker (2011), ao propor a noção de “formas de vida” no sentido de se distanciar, no campo da diagnóstica lacaniana, de uma perspectiva neurótico-cêntrica, androcêntrica e

totemista-naturalista. Indica-se, para estudos futuros, o maior aprofundamento desses outros debates, posto que neste artigo pretende-se discutir especificamente algumas questões relativas à pesquisa em psicanálise.

A exploração clínica

Conforme citado anteriormente, apoiando-me nas considerações de Roussillon (2013), a pesquisa em psicanálise muitas vezes sofre de um excesso de respeito pela teoria. Ora, a crítica que Viveiros de Castro faz quanto à diferença hierárquica entre o discurso do nativo e do antropólogo também não poderia ser feita ao discurso do analista em relação ao discurso do analisando? Não seríamos, na pesquisa em psicanálise, ao valorizar demasiadamente nossos mestres, portadores de uma chave que visaria desvelar o sentido portado, mas não sabido, pelo paciente? Como essa questão se expressa no campo da pesquisa?

Uma discussão importante destacada por Roussillon (2013) gira justamente em torno da palavra *pesquisa* no campo da psicanálise. Segundo o autor, pesquisar é procurar algo. Ou seja, quando nos referimos a uma pesquisa, temos hipóteses do que estamos procurando; de certa forma, o resultado já está implícito no início. A noção de hipótese, muito embora por vezes seja necessária, deve ser problematizada, porque corre-se o risco de reduzir o campo encontrado aos enunciados hipotéticos, impedindo que o próprio campo coloque questões não abarcadas pela hipótese. Em contrapartida, o autor sugere o verbo *explorar*, utilizado por Winnicott (1969/1994) pelo termo exploração psicanalítica. Esse termo indica que não se sabe o que será encontrado ou mesmo *se* algo será encontrado. Abre-se, assim, espaço para uma zona criativa que tem como pressuposto “aceitar a aprender coisas com eles [pacientes]” (Roussillon, 2014, p. 43). Ademais, ainda segundo Roussillon (2014), dessa perspectiva, inverte-se a assertiva de que pesquisa e clínica são indissociáveis para a afirmação de que não existe prática clínica que não seja prática de pesquisa. Porque, muito embora aprendamos o que seja a neurose, os casos-limite, o recalque e a fantasia, jamais estamos diante desses conceitos em si. O que se encontra é uma experiência vivida, um discurso, um corpo ou – para usar as palavras de Dunker (2011) – uma forma de vida. Por essa ótica, a exploração clínica torna-se nodal para o campo mais amplamente denominado de pesquisa em psicanálise.

À vista disso, é preciso que uma pesquisa em psicanálise esteja calcada, sobretudo, em questões relacionadas à clínica². Isto é, uma pesquisa que envolva uma exploração que tenha como base o encontro clínico. Trata-se

1 No original: “always leave a way out for the people you are describing”.

2 É evidente que há outras metodologias de pesquisa em psicanálise. No entanto, procura-se ressaltar a pesquisa clínica como um campo importante no sentido de sobrepor o encontro clínico à teoria psicanalítica.

justamente da possibilidade de sobrepor os interesses da clínica à pesquisa, fazendo desta uma possibilidade apenas quando articulada à *experiência* psicanalítica.

A experiência psicanalítica

Prossegue-se, então, para a segunda parte do título deste trabalho: “traçando diálogos entre o perspectivismo e a experiência psicanalítica”. A palavra *experiência* poderia ter passado despercebida, no entanto, sua presença nessa frase não é meramente corriqueira, uma vez que atribuir à noção de experiência uma centralidade na teoria e clínica psicanalíticas nos ajuda a vislumbrar um caminho que dialoga com as críticas tecidas tanto por Viveiros de Castro, no âmbito da antropologia, quanto por Roussillon, no que se refere à pesquisa em psicanálise. Mas o que significa a noção de experiência em psicanálise? Não sendo o objetivo explicitar tal questão neste artigo, deixamos indicadas algumas considerações no intuito de nos ajudar a pensar a pesquisa psicanalítica.

No artigo “Os objetivos do tratamento psicanalítico”, Winnicott (1962/1983) defende o processo analítico, preponderantemente, como a possibilidade de experienciar. A experiência à qual o autor se refere não diz respeito a uma experiência individual ou solipsista. Seguindo as indicações de Naffah Neto (2007), “toda experiência se produz no espaço potencial” (p. 231). Apesar de ser possível a discussão em torno de uma experiência prerreflexiva que prescinde do espaço potencial, essa assertiva ressalta que a experiência não pode ser pensada enquanto experiência individual. A experiência, quando articulada ao espaço potencial, não se localiza nem na realidade psíquica individual, nem nos relacionamentos externos do indivíduo (Naffah Neto, 2007), já que o espaço potencial, como definido por Winnicott (1953/1988), é a área intermediária na qual não é preciso distinguir o que é interno e o que provém do mundo exterior. O espaço potencial é construído sob uma lógica temporal, mais do que espacial, ou seja, não se trata de um lugar, mas de uma possibilidade de experienciar um tempo que reúne o passado, o presente e o futuro, e atualiza novos tempos criativamente e – por que não – novos mundos possíveis.

Afirmar que a psicanálise consiste em uma experiência articulada ao espaço potencial provoca deslocamento da ideia que concebe o objetivo clínico como a simbolização daquilo que foi recalçado ou mesmo a simbolização por meio da construção de sentido. Dado que a experiência não é algo que ocorre no interior, mas no espaço transicional. Trata-se, portanto, de apontar que a prática analítica não diz respeito nem somente ao analista, nem ao analisando. As concepções de Roussillon (2008), sobre o interjogo, e de Ogden (1994), com a noção de terceiro analítico, apontam justamente para isso. Este último, dialogando com o pensamento winnicottiano, afirma que o analista e o analisando formam um terceiro

analítico³, nas suas palavras: “um terceiro sujeito com uma vida própria, gerada pelo par analítico e mantido em tensão dialética com a existência do paciente e do analista, como indivíduos separados” (Ogden, 1994, pp. 11-12)⁴. O terceiro, portanto, é uma unidade heterogênea. Não são, todavia, dois sujeitos que criam um terceiro⁵, é justamente a criação do terceiro que expõe as tensões entre os dois; nas palavras de Ogden (1994): “não há analista, analisando, análise na ausência do terceiro” (p. 63, tradução nossa)⁶. A questão, portanto, não reside em separar os elementos que constituem a relação analítica em um esforço para determinar as qualidades que pertencem a cada participante individualmente, mas a prática analítica, dessa perspectiva, envolve “uma tentativa de descrever tão plenamente quanto alguém seja capaz a natureza específica da *experiência* do interjogo da subjetividade individual e intersubjetividade” (Ogden, 1994, p. 64, tradução e grifo nossos)⁷.

Diante disso, a prática analítica não visa interpretar ou construir, mas diz respeito, sobretudo, a fazer passar pela área de experiência – portanto, da criatividade originária – certos acontecimentos (Naffah Neto, 2007). O analista, nesse caso, deixa de ser visto como alguém que tem a chave interpretativa para o sentido que o analisando porta, mas não sabe. Seus pressupostos teóricos, dispositivo e método devem ser atualizados (ou não) nesse interjogo que se forma com o paciente. Esse deslocamento tem consequências importantes para a pesquisa em psicanálise, uma vez que esta se afasta da validação ou não de uma teoria para permitir uma espécie de exploração. Nas palavras de Roussillon (2014), “se a gente não leva em conta o que se passa entre dois sujeitos, todos os modelos são falsos. Ou aproximativos” (p. 57). Ainda segundo o autor, a pesquisa se coloca na clínica ao suspeitar de certos dispositivos que tomamos como verdade, ou mesmo fetichizamos.

Conceber a clínica como experiência é poder indagar os pressupostos teóricos, explorando – e não necessariamente pesquisando – os pontos cegos de nossos próprios postulados. Nesse sentido, parafraseando Viveiros de Castro (2002), a “arte da psicanálise”, torna-se a arte de determinar os problemas colocados por cada relação analítica, e não a de achar soluções para os problemas postos pela teoria.

3 É preciso destacar que não se trata de uma triangulação, tal como a triangulação edípica.

4 Para maior aprofundamento nessa questão seria necessário traçar um breve percurso que inspirou tal concepção. Percurso iniciado com a noção de identificação projetiva de Melanie Klein, revisitada por Wilfred Bion e, mais tarde, por André Green.

5 É evidente que o terceiro analítico não deve ser entendido como um terceiro sujeito, mas como um espaço temporalizado, assim como o espaço potencial.

6 No original: “there is no analyst, no analysand, no analysis in the absence of the third”.

7 No original: “an attempt to describe as fully as one can the specific nature of the experience of the interplay of individual subjectivity and intersubjectivity”.

Um exemplo...

Diante da grade teórica discutida, colocaremos em pauta alguns aspectos concernentes a uma pesquisa clínica em psicanálise, no sentido de articular certas questões levantadas ao longo de seu processo de investigação com o exposto nas seções anteriores. Trata-se de uma pesquisa clínica iniciada pelo Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC)⁸, em 2014⁹. Essa investigação, ainda em curso, tem por objeto o atendimento psicanalítico oferecido a sujeitos que nos procuraram com queixas de compulsão. Cumpre ressaltar que este último vocábulo é bastante utilizado por tais sujeitos a fim de qualificar e tornar inteligíveis suas diversas modalidades de sofrimento. Apesar das inúmeras áreas de interesse suscitadas por esta pesquisa, discutiremos apenas um de seus elementos: a transformação do ponto de vista da equipe sobre aquilo que ela pensava pesquisar. Isso porque, conforme destacamos anteriormente, muito embora as hipóteses teóricas sejam por vezes importantes, é preciso estar atento à experiência que cria novos mundos possíveis não só entre o analista e analisando, mas entre o projeto de pesquisa e o pesquisar.

Nesse sentido, procuraremos transmitir ao leitor um percurso no qual é mais importante a modificação de certas posições do que a explicitação dos lugares a serem ultrapassados em uma trajetória. Em conformidade com os autores discutidos neste artigo, objetivamos nos afastar da noção de que o ato de pesquisar indica um ponto de chegada definido, exemplificado por meio de uma hipótese a ser confirmada, refutada, ou, até mesmo, simplesmente avaliada. Nossas hipóteses foram apenas o testemunho de nossas concepções, da condensação contextual de quem éramos e o que enfrentávamos quando decidimos iniciar nossa jornada. Essa jornada, todavia, tem uma história que lhe é prévia, uma narrativa que pode ser contada e alguns problemas que simbolizaram a motivação para iniciar um movimento.

Desde 2002 utilizamos uma ferramenta metodológica, por nós desenvolvida, inserida no campo das metodologias qualitativas de pesquisa. Trata-se do “Estudo psicanalítico de casos clínicos múltiplos”¹⁰ que consiste, *grosso modo*, na investigação de casos clínicos como norteadora das hipóteses e produções da pesquisa. É preciso destacar que nossos desenhos de pesquisa clínica, até o momento, tornaram sempre imprescindível um critério em torno do qual a recepção dos sujeitos para tratamento deve ser realizada. Geralmente, esse

critério, muitas vezes denominado de filtro, é um índice de sofrimento a condensar elementos subjetivos que apontam para o campo do sintoma. A escolha desse filtro indica um “pré-conceito”, uma série de expectativas de nossa parte, cujo resultado é sempre um *encontro desencontrado*. Suportar o desencontro é tarefa básica de uma pesquisa desse tipo. Talvez, melhor do que a expressão *desencontro*, trata-se de destacar, sobretudo, uma relação que inevitavelmente cria, conforme ressaltamos anteriormente, um mundo possível. É preciso, no entanto, levar em consideração que o critério utilizado para a recepção de nossa clientela será determinante para todo o enquadramento produzido, para todos os achados construídos, para qualquer tipo de interpretação dos dados, para todas as contribuições que, por ventura, possam ser feitas à literatura, para, enfim, todos os aspectos sublinhados nos encontros clínicos singulares, que são nosso alvo principal.

Em uma pesquisa anterior ao nosso estudo sobre as compulsões, exploramos o universo da vergonha a partir do atendimento psicanalítico de sujeitos com diagnóstico psiquiátrico de fobia social (Andrade, Pacheco-Ferreira, & Verztman, 2013; Pinheiro, Verztman, Venturi, & Barbosa, 2006; Verztman, 2013, 2014; Verztman, Herzog, & Pinheiro, 2009). Quando iniciamos esta investigação, o tema da vergonha aparecia de forma pouco robusta na literatura psicanalítica¹¹. Dados clínicos de uma pesquisa anterior a esta (Pinheiro, Verztman, & Barbosa, 2006; Pinheiro et al., 2006; Verztman, Pinheiro, Barbosa, Jordão, & Montes, 2007; Verztman et al., 2006) nos fizeram supor que a vergonha poderia ser um índice de sofrimento narcísico em um contexto clínico e cultural no qual a exposição ao olhar do outro anônimo adquiria cada vez mais potencial traumatizante.

Nesse contexto, uma jovem paciente tímida nos indicou, por meio de sintomas relacionados à tricotilomania, que também a dimensão da ação poderia se autonomizar da associatividade até certo ponto. Foi assim que, em meados de 2013, após o encerramento de nossa pesquisa com os *sujeitos tímidos*, decidimos utilizar, como critério de recepção para uma nova pesquisa, o tema da compulsão¹², ampliando seu espectro para abranger o que a psiquiatria denomina de *alterações no controle dos impulsos*. Formulamos como critério de exclusão queixas relacionadas aos transtornos alimentares, bem como aos quadros de dependência de uso de substância. Assim procedemos em função desses quadros sintomáticos estarem mais bem mapeados e discutidos em nosso campo, além de requererem especificidades de manejo clínico, as quais poderiam nos dispersar em nosso trabalho investigativo.

É preciso assinalar um traço distintivo desta investigação em relação às demais. O sintoma

8 Os trabalhos desse núcleo podem ser acessados em <http://nepecc.psicologia.ufjf.br/>.

9 Trata-se do projeto intitulado “Estudo psicanalítico das compulsões em pacientes com diagnóstico psiquiátrico de TOC e patologias afins: uma pesquisa exploratória”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ), no mesmo ano.

10 Para maior detalhamento dessa ferramenta metodológica, ver: Verztman et al. (2006), Verztman (2013) e Verztman e Viana (2014).

11 Podemos citar o livro de Tisseron (1992) como estímulo importante para nossa empreitada.

12 No ano seguinte apresentamos o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa.

compulsivo – ao contrário dos universos investigados em pesquisas prévias, como o da vergonha, de doenças somáticas, como o lúpus, ou até mesmo da melancolia – é uma invenção da psicanálise. Ele é o símbolo mais sofisticado da presença do inconsciente freudiano no terreno da ação. O caso clínico do “Homem dos ratos” (Freud, 1909/1976) consolidou de forma inédita a função do conflito psíquico na origem de uma neurose, descrita em um exemplo modelar. Nos preparamos, portanto, para receber eminentemente sujeitos obsessivos, mesmo que estes não fossem os representantes *ipsis litteris* do neurótico obsessivo descrito por Freud. Supusemos que encontraríamos aspectos heterogêneos dessa clínica em comparação ao modelo clássico, fragilidades na constituição narcísica pouco tematizadas pelo pai da psicanálise, mas intuídas por autores pós-freudianos, além da esperança de receber sujeitos para tratamento menos definidos pelo modelo edípico (mesmo que não fossem a maioria), os quais nos permitiriam a atividade comparativa tão cara a nosso processo de trabalho. Tivemos, entretanto, grandes surpresas.

Até o momento recebemos sete sujeitos para acompanhamento; cinco deles permanecem sob nossos cuidados. A heterogeneidade de modalidades relacionais e estilos subjetivos encontrados nessa clientela é sem precedentes durante os quinze anos de funcionamento do NEPECC. O primeiro ponto que nos causou estranheza foi o fato de, apesar de seis sujeitos realizarem tratamento psiquiátrico em função do diagnóstico de transtorno obsessivo compulsivo (TOC), apenas em um deles percebemos a presença de elementos que nos fizessem supor alguma proximidade com o estilo clínico obsessivo familiar à psicanálise. Já esperávamos encontrar certa disjunção entre a neurose obsessiva e o TOC. No entanto, essa disjunção atingiu patamares jamais concebidos.

Destacamos quatro desses casos, cujos elementos nos parecem um pouco mais claros, e formulamos diferentes hipóteses diagnósticas para cada um deles dentro da nosologia psicanalítica. Quando percebemos o uso que fizemos do aparato diagnóstico/nosológico para descrever nossa clínica, passamos por uma segunda fase de estranhamento. Não poderíamos abrir mão da localização inicial que a circunscrição diagnóstica produz. Ela nos orienta, em parte, quanto a certos cuidados e indica ferramentas das quais podemos lançar mão no tratamento. Por outro lado, a diagnose pode adquirir brilho excessivo em nosso olhar e nos cegar para questões centrais colocadas por esses sujeitos. Acreditamos que o papel do diagnóstico em nossa pesquisa será sempre um ponto de tensão, o qual nos aproxima e nos afasta do outro. Temos a esperança de que a afinação maior com nossos sujeitos de pesquisa relegará o diagnóstico a um papel pouco relevante na descrição e análise de nossos achados.

Diante desse quadro, percebemos que a primeira reação da equipe a essa heterogeneidade inesperada foi

procurar por outras expressões para caracterizar o campo da nosologia. Estilos subjetivos, modelos relacionais, organizações psíquicas, entre outras, passaram a ser expressões utilizadas espontaneamente em lugar de qualquer termo mais usual e técnico que caracterizasse algum tipo de processo classificatório. Não pretendemos entrar no mérito do tema difícil e complexo da diagnose psicanalítica. Almejamos simplesmente realçar que o encontro com essa clientela produziu um efeito de interpretação em nossa equipe, colocou em suspensão alguns de nossos pressupostos, no caso, a própria atividade diagnóstica.

Embora não seja possível maior aprofundamento na descrição da heterogeneidade de estilos clínicos – como preferimos denominar – é importante destacar que os efeitos do ato de pesquisar sobre os pesquisadores não se detêm neste ponto. Lembramos que seis de nossos sete sujeitos receberam o mesmo diagnóstico psiquiátrico de TOC. Apesar disso, trata-se da primeira investigação na qual intuimos estar diante de um sujeito psicótico. A quase ausência do modelo da neurose e o encontro com características da psicose, da melancolia e dos casos-limite em seu lugar, abalou muitas de nossas crenças anteriores à investigação. Crenças que remontam à própria construção da categoria neurose obsessiva em nossa disciplina. Crenças que precisam ser constantemente revistas a fim de que o encontro com o inédito em nossa clínica possa ocorrer. Destaca-se a importância de encararmos o ato de pesquisar como a produção de um campo de indeterminação, no qual não conseguiremos mais nos reconhecer inteiramente depois de iniciado o percurso. O encontro com os sujeitos pesquisados, com outros mundos possíveis, transformou tanto os próprios pesquisadores quanto as hipóteses de pesquisa. Assim, somente quando for possível nos tornarmos um outro de nós mesmos, por meio desse encontro, é que poderemos nos perceber pesquisadores, especialmente no campo da pesquisa clínica.

Considerações finais

Por fim, cabe destacar que não pretendemos associar intimamente as propostas discutidas por Viveiros de Castro no âmbito da antropologia ao relato de pesquisa clínica trazido como exemplo. Consideramos, no entanto, que as discussões levantadas no campo do perspectivismo ameríndio trazem contribuições extremamente relevantes para a discussão em torno da pesquisa clínica em psicanálise. Isso porque, como ressaltamos na experiência do NEPECC, é preciso abrir espaço para que o encontro entre as hipóteses de pesquisa e o campo pesquisado seja transformador de nossas próprias concepções. O ponto de partida, então, é apenas um ponto de apoio, infelizmente inevitável quando se pretende navegar em mares tão vastos. Ele não confere nenhuma segurança quanto à sua própria justeza como medida acertada para o encontro com outro mundo.

O âmbito da pesquisa em psicanálise é extenso – este artigo está, portanto, distante de trazer contribuições

consistentes para o campo como um todo. Tratou-se apenas de indicar algumas possíveis contribuições do perspectivismo ameríndio para a pesquisa clínica, ilustrado por um relato de experiência. Indica-se, assim, uma possibilidade de prosseguir essa rica interlocução.

Espera-se que, dessa perspectiva, a pesquisa em psicanálise possa vislumbrar um caminho no sentido de criar mundos possíveis, para utilizar a expressão de Viveiros de Castro, e não apenas confirmar problemas colocados pelas próprias hipóteses, ou mundos de seus mestres e seguidores.

Does anthropology contribute to research in psychoanalysis? Dialogues between perspectivism and psychoanalytic experience

Abstract: This article intends to discuss the implications of certain questions posed by Amerindian perspectivism to psychoanalytical experience. That's because a central question of perspectivism raised by Viveiros de Castro can be transposed to the field of psychoanalysis: how to create conditions for ontological self-determination of the other when we all have our ontological presuppositions? Following the author's claim that the anthropologist should make a good enough description, an articulation is traced with the experience in psychoanalysis from considerations raised by Winnicott's theory. Finally, to illustrate the discussed issues, an experience report in clinical research is presented.

Keywords: research, anthropology, psychoanalysis, clinic.

L'anthropologie contribue-t-elle à la recherche en psychanalyse? Dialogues entre le perspectivisme et l'expérience psychanalytique

Résumé: Cet article a l'objectif de discuter les implications des certaines questions posées par le perspectivisme amérindien sur l'expérience psychanalytique. En effet, une question centrale du perspectivisme soulevée par Viveiros de Castro peut être déplacée vers le domaine de la psychanalyse : comment créer des conditions pour l'autodétermination ontologique de l'autre lorsque nous avons tous nos présuppositions ontologiques ? Suit à l'affirmation de l'auteur, selon laquelle l'anthropologue devrait faire une description suffisamment bonne, une articulation est tracée avec l'expérience en psychanalyse à partir des considérations soulevées par la théorie de Winnicott. Enfin, pour illustrer les problèmes discutés, on présente un rapport d'expérience en recherche clinique.

Mots-clés: recherche, anthropologie, psychanalyse, clinique.

¿Puede la antropología contribuir a la investigación en psicoanálisis? Trazando diálogos entre el perspectivismo y la experiencia psicoanalítica

Resumen: El artículo trata de discutir las implicaciones de ciertas indagaciones planteadas en el perspectivismo ameríndio para la experiencia en psicoanálisis. La pregunta central del perspectivismo hecha por Viveiros de Castro puede ser desplazada al campo psicoanalítico: ¿cómo crear condiciones para la autodeterminación ontológica del otro cuando todos tenemos nuestros presupuestos ontológicos? A partir de la apuesta del autor de que el antropólogo debe hacer una descripción suficientemente buena, se desarrolla la experiencia en psicoanálisis fundamentada en la teoría de Winnicott. Por último, para ilustrar las cuestiones discutidas, se presenta un relato de experiencia en investigación clínica a partir del psicoanálisis.

Palabras clave: investigación, antropología, psicoanálisis, clínica.

Referências

- Andrade, B., Pacheco-Ferreira, F., & Verztman, J. (2013). Transparence psychique et traumatisme Considérations à partir d'une recherche clinique. *Recherches en Psychanalyse*, 16, 213-221.
- Deleuze, G. (1988). *Diferença e repetição* (L. Orlandi & R. Machado, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.

- Dunker, C. (2011). Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacanianiana a partir do perspectivismo animista. *Tempo Social*, 23(1), 115-136.
- Freud, S. (1976). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. 10, pp. 159-317).

- Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1977). Dois verbetes de enciclopédia. (A) Psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, (J. Salomão, trad., Vol. 18, pp. 84-102). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1923)
- Geertz, C. (1978). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In C. Geertz, *A interpretação das culturas* (pp. 13-41). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Merleau-Ponty, M. (2011). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1945)
- Naffah Neto, A. (2007). A noção de experiência no pensamento de Winnicott como conceito diferencial na história da psicanálise. *Natureza Humana: Revista de Filosofia e Psicanálise*, 9(2), 221-242.
- Ogden, T. (1994). *Subjects of analysis*. Northvale, NJ: Jason Aronson.
- Roussillon, R. (2008). La pulsion et l'intersubjectivité: vers l'entre-je(u). In R. Roussillon, *Le jeu et l'entre-je(u)* (pp. 1-22). Paris, France: PUF.
- Roussillon, R. (2014). A pesquisa clínica em psicanálise na universidade. In R. Herzog & F. Pacheco-Ferreira (Orgs.), *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos* (pp. 39-60). Rio de Janeiro, RJ: Cia de Freud.
- Pinheiro, T., Verztman, J., & Barbosa, M. (2006). Notas sobre a transferência no contexto de uma pesquisa clínica. *Cadernos de Psicanálise (SPCRJ)*, 22, 291-313.
- Pinheiro, T., Verztman, J., Venturi, C., & Barbosa, M. (2006). Por que atender fóbicos sociais? Justificativa de uma pesquisa clínica. In A. Bastos (Org.), *Psicanalisar hoje* (pp.143-172), Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Tisseron, S. (1992). *La honte: Psychanalyse d'un lien social*. Paris, France: Dunod.
- Verztman, J. (2013). Estudo psicanalítico de casos clínicos múltiplos. In A. M. Nicolaci-da-Costa & D. Romão-Dias (Orgs.), *Qualidade faz diferença: métodos qualitativos para a pesquisa em psicologia e áreas afins* (pp. 67-92). Rio de Janeiro, RJ: Loyola.
- Verztman, J. (2014). Embaraço, humilhação e transparência psíquica: o tímido e sua dependência do olhar. *Ágora*, 17, 127-140.
- Verztman, J., Pinheiro, T.; Barbosa, M.; Jordão, A.; & Montes, F. (2007). Patologias narcísicas e doenças auto-imunes: a dimensão da temporalidade. *Psychê*, 11, 63-84.
- Verztman, J., Pinheiro, T., Saceanu, P., & Viana, D. (2006). Patologias narcísicas e doenças auto-imunes: discussão da metodologia de pesquisa. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 9, 647-667.
- Verztman, J., Pinheiro, T.; Venturi, C., Viana, D., Caravelli, S., & Canosa, L. (2006). Patologias narcísicas e doenças auto-imunes: o corpo e seus destinos. *Psicologia Clínica*, 18,193-206.
- Verztman, J., Herzog, R., & Pinheiro, T. (2009). Vergonha, culpa, depressão contemporânea e perdão. *Trivium*, 1, 1-5.
- Verztman, J., & Viana, D. (2014). Reflexões sobre uma ferramenta metodológica para a pesquisa clínica em psicanálise. In R. Herzog & F. Pacheco-Ferreira (Orgs.), *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos* (pp. 61-78). Rio de Janeiro, RJ: Cia de Freud.
- Viveiros de Castro, E. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2), 115-144.
- Viveiros de Castro, E. (2002). O nativo relativo. *Mana*, 8(1),113-148.
- Viveiros de Castro, E. (2015). Who's afraid of the ontological Wolf? Some comments on an ongoing anthropological debate. *Cambridge Anthropology*, 33(1), 2-17.
- Winnicott, D. (1983). Os objetivos do tratamento psicanalítico. In *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 79-87). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D. (1988). Transicional objects and transicional phenomena. In D. Winnicott, *Playing and reality* (pp. 56-78). London, UK: Pelican Books. (Trabalho original publicado em 1953)
- Winnicott, D. (1994). Fisioterapia e relações humanas. In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis (Orgs.), *Explorações psicanalíticas* (pp. 112-129). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1969)

Recebido: 25/10/2017

Aprovado: 14/06/2018